

HOSPITAL JOÃO ALVES

FHS deve criar regimento e comissão ética no HGJAF

O Ministério Público Estadual (MPE) através da Promotoria de Saúde irá ajuizar Ação Civil Pública (ACP) em face da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e Estado de Sergipe para que seja criada uma comissão ética no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) e a criação de um regimento interno para nortear os procedimentos dentro do maior hospital público do Estado.

“Todo hospital tem que possuir sua comissão de ética, é imprescindível para apurar as denúncias que existem de irregularidade de procedimentos, e que o usuário do SUS tem o direito de denunciar toda vez que ele se sente insatisfeito com o serviço prestado”, ressalta **Euza Missano, promotora da curadoria de saúde.**

Em 2011 houve a eleição de uma Comissão de Ética no HGJAF, mas funcionou por pouco tempo e hoje se encontra inoperante. “O MPE vem lutando para a implantação dessa comissão no HGJAF desde 2011. A informação que temos é não está havendo o funcionamento adequado da comissão, tanto que o diretor clínico já oficiou ao Conselho Regional de Medicina (CRM) se há necessidade de se convocar novas



ARQUIVO/CS

■ Outro ponto discutido foi sobre a falta de um regimento interno no HGJAF

eleições ou eleição complementar para os membros afastados, porque muita gente saiu e a comissão ficou desconstituída, além da necessidade de encaminhamento ao CRM do pleito de prestação de contas ao longo do período de funcionamento da comissão”, conta a promotora.

Diante dessa situação a promotora irá ajuizar ACP para que o quanto antes essa comissão seja resta-

belecida ou nova eleição seja feita. “O MPE vai entrar com uma Ação Civil Pública em face da Fundação e do Estado para que mantenha a formação da Comissão de Ética do HGJAF, porque é o maior hospital público do Estado, portanto tem que ter uma comissão funcionando para receber a população, apurar o que está sendo denunciado e fazer os eventuais encaminhamen-

tos ao CRM”, explica.

Outro ponto discutido na audiência realizada ontem, 01 de outubro, foi sobre a falta de um regimento interno no HGJAF. De acordo com o diretor clínico do hospital, Marcos Krogee não há nenhuma norma que regulamente os procedimentos, a regra é feita por cada profissional. “Cada um faz a sua lei e isso atrapalha demais o fluxo de trabalho dentro do HGJAF, porque cada profissional que chega quer fazer de sua maneira. Não existe regimento interno e essa confusão no final quem sofre é a população. Um regimento interno vai dirimir as dúvidas”, assegura.

De acordo com a promotora a falta de um regimento interno atrapalha no funcionamento adequado dos procedimentos dentro do HGJAF. “Paralelo ao pedido da criação da comissão de ética, o MPE fará outro pedido: a formação de um regimento interno do maior hospital do Estado. O regimento clínico já existe, mas o interno não. É ele que regulamenta as normas procedimentais do hospital, sem elas tudo vai ser feito como cada um quiser, sem regra, sem prioridade”, conclui Euza Missano.

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

